

Japão e Alemanha são os credores mais rígidos

Any Bourrier
Correspondente

PARIS — A proposta de reescalonamento da dívida externa com o Clube de Paris, entregue em 15 de fevereiro, teve que ser refeita ontem, no final da tarde. Sabia-se de antemão que as negociações seriam difíceis, mas existiam dúvidas quanto aos itens da proposta que os credores questionariam. Finalmente, foi a questão do reescalonamento dos débitos, negociado com o Clube de Paris em 1989, que causou o primeiro problema para a equipe brasileira de negociadores — Francisco Gros, presidente do Banco Central, o economista Pedro Malan e Armínio Fraga, diretor de Área Externa do BC embora na opinião de credores e devedores não seja uma dificuldade intransponível nem dramática.

Dois países, Japão e Alemanha, criaram obstáculos para que fosse autorizado ao Brasil o privilégio de incluir no reescalonamento a dívida já reescalada, as chamadas PRD (*Previous Rescheduled Debt*). Países devedores, como a Nigéria, já tiveram este privilégio, mas, no caso do Brasil, que foi mau aluno no Clube de Paris nos últimos três anos e não cumpriu seus compromissos, os credores mais intransigentes não estão dispostos a facilitar o jogo. Além disso, a dívida externa de governo a governo que o Brasil deve pagar é a mais alta dos arquivos do Clube de Paris: US\$ 21 bilhões. O pagamento do serviço desta dívida, com a obrigação de pagar os juros de mora, calculados em US\$ 1 bilhão, relativos ao período 89/93, é mais preocupante para os bancos centrais do Japão e da Alemanha, que, nesta negociação, não têm os motivos políticos que guiam Estados Unidos.

A reunião dos credores, que começou às 17h, não tinha terminado ontem até tarde da noite, já que os 12 países aos quais o Brasil deve os US\$ 21 bilhões estão examinando cuidadosamen-

te cada ponto da proposta principalmente o pedido de maior prazo de reescalonamento (18 anos) e tempo de carência, o período grátis, antes de começar os pagamentos.

Desde o primeiro encontro ontem, às 9 da manhã, no Ministério das Finanças da França, o clima parecia ser favorável ao Brasil, porque os credores acharam a exposição de Francisco Gros sobre a economia nacional "séria, competente e de alto profissionalismo. Em segundo lugar, porque as agências convocadas para dar seus pareceres sobre os projetos de saneamento da economia aplicados atualmente pelo ministro Márcilio Marques Moreira apoiaram a proposta do Brasil feita ao FMI e ao BID, cujo presidente, Enrique Iglesias, fez questão de ir a Paris por solidariedade com o Brasil.

O lado curioso da intervenção do FMI foi o fato de que a defesa do Brasil coube a José Fagenbaum, o negociador afastado do cargo a pedido do presidente Collor. O Banco Mundial foi representado por Armean Choksi, um de seus diretores.

Depois da exposição brasileira, os credores convocaram para um debate e fizeram perguntas sobre dois itens da exposição de Francisco Gros: privatizações e reservas cambiais. As autoridades brasileiras indicaram que as reservas (oficiais) são de US\$ 8 bilhões, contrariando as notícias publicadas ontem na imprensa internacional, segundo as quais o Brasil disporia de US\$ 11 bilhões em reservas cambiais. No final da manhã, os credores interromperam o debate, a portas fechadas, ficando Jean-Claude Trichet, o presidente do Clube de Paris, com o papel de mediador entre as missões de credores (cerca de 50 pessoas) e a brasileira, formada por representantes da área econômica.

Os negociadores brasileiros acreditam que poderão encerrar a questão do reescalonamento com o Clube de Paris hoje, até o final da manhã.